

UMA QUESTÃO DE MÉTODO

Como uma variação de 33,6% (nos salários) e 39,2% (nos repasses do tesouro) se transformaram em 18,1% e 9,0%, respectivamente

Embora relutantes em adotar as estimativas apresentadas pela Reitoria para o restante do exercício de 2001 – previsões temerárias? - não há como deixar de destacar a intrigante escolha do ano de 2000 como referência para a tabela incluída no *Reitoria Comunica*, que circulou no campus no último dia 29 de agosto, com data de 29 de setembro de 2001. Considerando que tivemos um reajuste salarial acumulado da ordem de 24,5%, de abril de 2000 a janeiro de 2001, a intenção da Reitoria torna-se muito clara: buscar justificativas para o reajuste zero neste semestre.

O simples recuo do ano base para 1999, resultaria na seguinte ilustração:

	1999 (milhões)	2001 (milhões)	Variação % em relação a 1999
RTE (2,1958% do ICMS + Lei Kandir)	R\$ 400,78	R\$ 557,90	39,2
Folha de Pessoal UNICAMP	R\$ 363,30	R\$ 485,53	33,6

Convém reiterar que as despesas não salariais – que correspondem à diferença entre RTE e Folha de Pessoal - se elevaram, nesse período, de R\$ 37,3 milhões em 1999 para R\$ 102,6 milhões em 2000 (174,6%!!). Comparando o valor dessas despesas, projetadas pela Reitoria para 2001, com o de 2000, verificar-se-á que, de fato, “serão aproximadamente iguais, **em valores nominais...**”, uma vez que tivemos em maio, um reajuste de apenas 6%. Basear-se nesse cálculo significa apenas ratificar uma prioridade claramente adversa à valorização dos recursos humanos na Universidade.

Neste sentido, a noção aparentemente difusa de que a “universidade saudável” (nas palavras da Reitoria) requer um comprometimento com salários não superior a 85% das receitas é tão curiosa quanto inconsistente. Não nos parece difícil compreender que 10% de 557,90 milhões, que significa 90% de comprometimento dos orçamentos com salários são equivalentes a 14% de 400,78 milhões, ou 86% de comprometimento com folha salarial. Ou seja, não há como fixar rigidamente, como quer a Reitoria, um teto para as reivindicações salariais sem que se levem em conta os valores absolutos envolvidos e as peculiaridades do momento vivido pela instituição. Há que se distinguir uma fase de **implantação** (construção de novos prédios, laboratórios, etc.) de uma de manutenção ou mesmo de situações de crescimento acelerado ou moderado, em face, **precisamente**, das prioridades que a conjuntura impõe.

Seria este o momento adequado para destinar os acréscimos da receita tributária à expansão das vagas? à ampliação da estrutura física? à valorização dos recursos humanos? Ou ainda, que porcentagem desses acréscimos destinar a cada um desses itens? Obviamente, trata-se de uma decisão política, assim como é política a escolha do método para análise dos dados.

Estamos firmemente convencidos de que a parcela destinada aos salários não é apenas insuficiente, mas reflete uma escala de prioridades francamente prejudicial – aqui sim! – à “saúde” de docentes e funcionários, e por consequência, da universidade.

PARALISAÇÃO

com atividades no câmpus

Dia 05/09 - quarta-feira

Somente com a mobilização os reitores negociam!!!

PARTICIPE!

ADUNICAMP APOIA MOÇÃO DE REPÚDIO AO MEC

Durante Assembléia Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, realizada no último dia vinte e três de agosto, os trabalhadores aprovaram uma moção de repúdio à intervenção que o Ministério da Educação está realizando sobre o Movimento Estudantil.

A ADUNICAMP manifesta apoio à decisão do STU, por não concorda com a Medida Provisória que retira da UNE e da UBES a exclusividade na confecção da carteira de estudante. Sem tal exclusividade, o financiamento das atividades das instituições estudantis fica bastante comprometido. Para o STU, a medida é um ataque à organização dos estudantes, “que tem sido fundamental para impor algumas derrotas ao projeto das elites”.

O STU e a ADUNICAMP se solidarizam com a UNE, a UBES e com todos os estudantes que, com a organização e mobilização, têm dado contribuições à luta em defesa da educação pública e à emancipação dos trabalhadores.

ASSEMBLÉIA APROVA CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADE PÚBLICA NA BAIXADA SANTISTA

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo derrubou veto do governador Geraldo Alckmin (PSDB) e aprovou o projeto de lei que prevê a criação de uma universidade pública na Baixada Santista. A sessão, tumultuada por causa da manifestação de estudantes, foi realizada no último dia vinte e nove de agosto.

O projeto de lei, da deputada estadual Mariângela Duarte (PT), tramitava na Assembléia há mais de seis anos. Ele foi aprovado no ano passado, mas vetado pelo governador. Segundo nota divulgada no *site* “Folha on line”, no dia da Assembléia, o veto foi derrubado por 57 votos a 13, após alguns deputados de situação votarem contra a orientação dos líderes da bancada.

Ainda de acordo com a nota da “Folha”, na prática, a universidade do litoral já começa a ser criada no próximo ano, a partir da inauguração de um campus da UNESP com os cursos de biologia marinha e gerenciamento costeiro. As verbas para a criação dos novos cursos devem sair de uma emenda orçamentária de autoria do deputado Claury Alves (PTB).

Outros dois projetos de lei que envolvem a criação de universidades públicas do Estado ainda tramitam na Assembléia. Um deles, do deputado Jamil Murad (PCdoB), prevê a criação de uma instituição na zona Leste da capital. O outro, da deputada Terezinha Paulina (PFL), propõe uma universidade no Vale do Paraíba.

MESA-REDONDA

Tema: *Expansão de vagas e autonomia universitária.*

Debatedores: *Helena Freitas, Ricardo Antunes, Arley Ramos Moreno e Adolpho Hengeltraub.*

Dia 05/09, às 13h - ADUNICAMP.

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 11/09, terça-feira, às 12 horas, na sede da ADUNICAMP.

Pauta: *avaliação da Reunião de Negociação*

COMPAREÇA!